

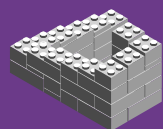
Relatório das Desigualdades Raciais (2022)

*Luiz Augusto Campos
Rogério Barbosa
Jheniffer Ribeiro
João Feres Júnior*

Dezembro 2022



gemmaa Grupo de Estudos
Multidisciplinares
de Ação Afirmativa



CERES
Centro para o
Estudo da Riqueza e da
Estratificação Social

Relatório

Expediente

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – IESP

Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa

<http://gema.iesp.uerj.br>
gema@iesp.uerj.br

Coordenadores

João Feres Júnior
Luiz Augusto Campos

Subcoordenadores

André Felix
Jefferson Belarmino de Freitas
Marcia Rangel Candido

Comunicação

Jheniffer Ribeiro
Hedylaine Boscolo

Pesquisadoras Associadas

Anna Carolina Venturini
Marcelle Felix
Izabele Sá
Juliana Flor

Assistentes de pesquisa

Giovanne Picolo
Juliana Leitão
Viviane Marques
Natalia Leão Siqueira
Patrícia Atthie
Isabel Marques

Capa, layout e diagramação

Gerome Ibri

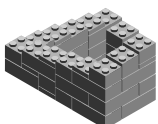


Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Distribuição racial no Brasil nos anos de 1992 e 2021	6
Gráfico 2 - Evolução da Distribuição racial no Brasil	7
Gráfico 3 - Reclassificação racial das coortes ao longo do tempo. Brasil, 1987-2015	8
Gráfico 4 - Distribuição espacial dos grupos raciais	9
Gráfico 5 - Proporção de adultos (com idades entre 18 e 65 anos), alfabetizados, por raça. Brasil, 1987-2021.	10
Gráfico 6 - Média de anos de estudos dos adultos (com idades entre 18 e 65 anos), por raça. Brasil, 1987-2021.	10
Gráfico 7 - Média de anos de estudos dos adultos (com idades entre 18 e 65 anos), por raça. Brasil, 1987-2021.	11
Gráfico 8 - Proporção de estudantes em situação de defasagem idade-série, por raça. Brasil, 1987-2021.	12
Gráfico 9 - Composição racial dos adultos (com idades entre 18 e 65 anos) com ensino superior completo. Brasil, 1987-2021.	13
Gráfico 10 - Taxa de desocupação, por raça. Brasil, 1987/T3-2021/T3	14
Gráfico 11 - Taxa de desocupação, por raça e faixa etária. Brasil, 2022/T2	14
Gráfico 12 - Posição na ocupação em mercados urbanos, por raça. Brasil, 1987/T3-2021/T3	15
Gráfico 13 - Média da renda de todos os trabalhos, por raça. Brasil, 1987/T3-2021/T3	16
Gráfico 14 - Razão da renda de todos os trabalhos, entre Brancos e Amarelos e Pretos, Pardos e Indígenas. Brasil, 1987/T3-2021/T3	16
Gráfico 15 - Média da renda domiciliar per capita, por raça. Brasil, 1987-2021.	17
Gráfico 16 - Taxa de pobreza, segundo as linhas do Banco Mundial, por raça. Brasil, 1987-2021.	17



gemaa Grupo de Estudos
Multidisciplinares
de Ação Afirmativa



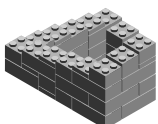
CERES
Centro para o
Estudo da Riqueza e da
Estratificação Social

Sumário

1. Introdução	5
2. Metodologia	5
3. Resultados	6
3.1. Classificação Racial	6
3.2. Educação	10
3.3. Trabalho	13
3.4. Renda	15
4. Considerações finais	18
5. Anexo	20
6.1. Sobre a PNAD e PNADC	20
6.2. Harmonização dos dados	21
6.2.1. Definição dos moradores do domicílio para cálculo da renda domiciliar per capita	21
6.2.2. Deflatores	22
6. Referências	23



gema Grupo de Estudos
Multidisciplinares
de Ação Afirmativa



CERES
Centro para o
Estudo da Riqueza e da
Estratificação Social

1. Introdução

O Relatório das Desigualdades GEMAA No 3 pretende fornecer uma descrição geral e sintética acerca da evolução das desigualdades raciais, de renda e gênero no Brasil. Valemo-nos principalmente de pesquisas domiciliares do IBGE, cobrindo o período de 1987 (ano no qual o quesito cor/raça passou a fazer parte sistemática dos inquéritos) até 2022 (ponto mais recente dos dados).

Em particular, abordaremos as transformações recentes das desigualdades focando em quatro temas: (1) as mudanças na composição e auto-classificação racial, (2) desigualdades de oportunidades e resultados educacionais, (3) desigualdades no mercado de trabalho e (4) desigualdades de renda.

Na próxima seção apresentamos resumidamente a metodologia deste estudo. A Seção 3 traz os resultados para cada um dos temas elencados, organizados por sub-seções. Na seção 4 tecemos algumas considerações finais. Detalhes mais operacionais da metodologia e análise de dados podem ser encontrados no anexo.

2. Metodologia

Nos baseamos aqui em dados secundários da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), inquéritos domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nacionalmente representativos. As análises cobrem o período de 1987 a 2022. Para os anos de 1987 a 2011, utilizamos a PNAD, de 2012 em diante, a PNADC – realizando diversos procedimentos de harmonização para tornar as séries das duas pesquisas devidamente comparáveis. De forma geral, nossas análises apresentam dados anuais. Mas a PNADCs trazem informações trimestrais que serão utilizadas principalmente para as análises sobre mercado de trabalho. No total, utilizamos 21 bancos de dados anuais da PNAD, além de 42 trimestrais e 10 anuais da PNADC – ou seja, um total de 73 bancos de dados.

Até o fim dos anos 1980, a informação sobre a classificação racial dos brasileiros foi coletada apenas esporadicamente em edições especiais da PNAD, passando a compor o questionário básico de forma permanente apenas a partir de 1987. Isso justifica o recorte temporal que adotamos neste relatório. Ademais, apenas em 1992 indígenas passaram a ser registrados em uma categoria própria – até então eram agrupados juntamente com pardos.

Para facilitar a visualização dos dados, optamos ocasionalmente por agrupar pretos, pardos e indígenas num só grupo (PPI), de um lado, e brancos e amarelos (BA), do outro. Embora tais agrupamentos possam ser substantivamente contestados, existem algumas razões para ainda proceder deste modo. Primeiramente, PPIs e BAs apresentam indicadores sociodemográficos bastante próximos. Em segundo lugar, indígenas e ama-

relatos são uma parcela muito pequena da população, o que muitas vezes faz com que tendências e níveis de seus indicadores empíricos produzam mais ruídos e imprecisões estatísticas do que o real significado. Não há dúvidas de que os processos de racialização são bastante complexos. Amarelos costumam ser privilegiados na estratificação educacional e no mercado, ao passo que indígenas são bastante desfavorecidos. Mas a leitura de resultados imprecisos poderia levar a conclusões errôneas.

Todas as análises aqui apresentadas foram realizadas com uso do software aberto e gratuito R. Todos os procedimentos realizados sobre os dados originais do IBGE podem ser completamente replicados. Os scripts serão disponibilizados sob requisição.

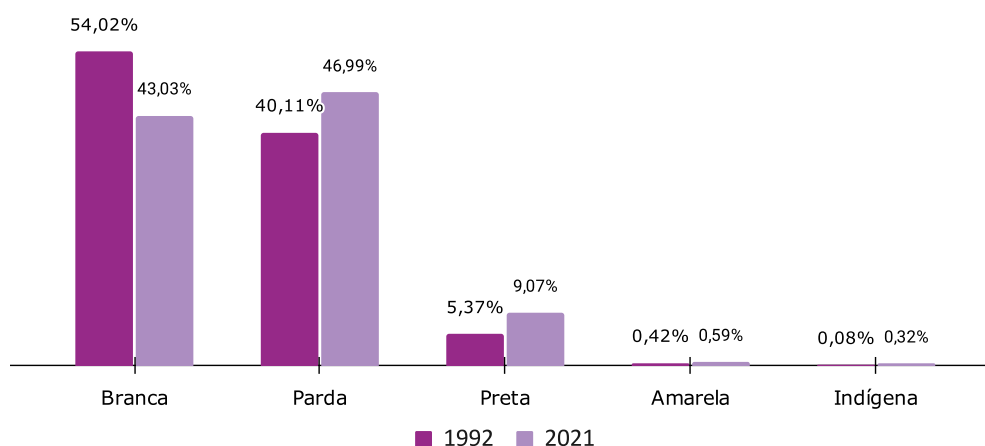
3. Resultados

3.1 Classificação Racial

O Gráfico 1 apresenta a distribuição de cor/raça no Brasil, de acordo com as categorias censitárias do IBGE (“brancos”, “pretos”, “pardos”, “amarelos” e “indígenas”), para os anos de 1992 e 2021. Como é possível notar, houve um decréscimo da população autodeclarada branca, de 54% em 1992 para 43% em 2021. Isso se deu em paralelo ao aumento da população autodeclarada preta (de 5,4% em 1992 para 9,1% em 2021) e parda (de 40,1% em 1992 para 47% em 2021).

Gráfico 1

Distribuição racial no Brasil nos anos de 1992 e 2021



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1992) e da PNADC (2021). Elaboração Própria.

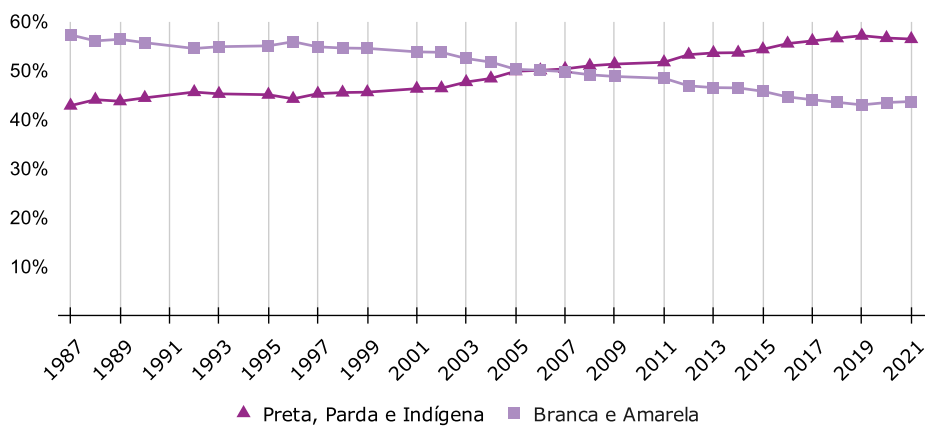
Os dois painéis do Gráfico 2 apresentam a evolução anual das categorias de autodeclaração racial. O Painel A agrupa PPIs, de um lado, e BA, de outro – o que nos permite estender o escopo para 5 anos a mais no passado. O Painel B abarca o período entre 1992 e 2022, distinguindo as 5 categorias do IBGE. No Painel A observamos que, desde 2005, brancos e amarelos deixaram de ser maioria absoluta na população – e, no Painel

B vemos que, desde 2007, os autodeclarados “brancos” deixaram de ser a maioria relativa, tendo sido ultrapassados pelos “pardos”. Quando trabalhamos com as categorias dicotômicas, somando pretos, pardos e indígenas, de um lado, e brancos e amarelos, de outro, notamos que o cenário racial de 2021 é, de certa forma, o inverso de 1987, quando a população branca e amarela correspondia a um percentual similar à participação da população preta, parda e indígena hoje.

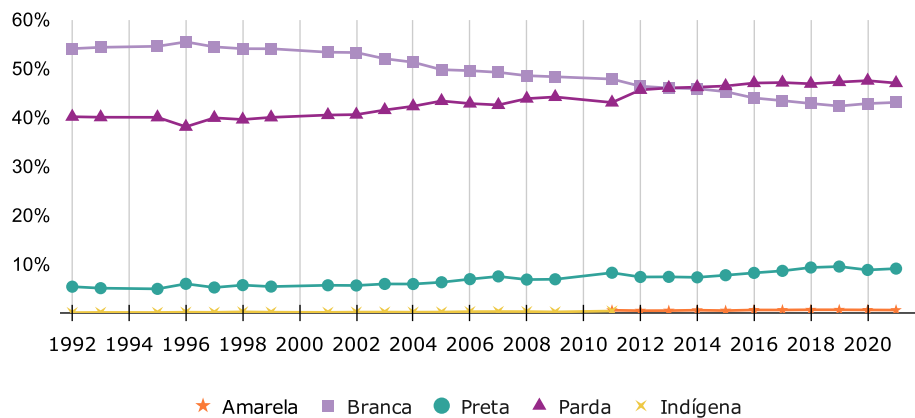
Gráfico 2

Evolução da Distribuição racial no Brasil

(A) Classificação agrupada em duas categorias (1987 a 2021)



(B) Classificação racial nas cinco categorias do IBGE (1992 a 2021)



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1992) e da PNADC (2021). Elaboração Própria.

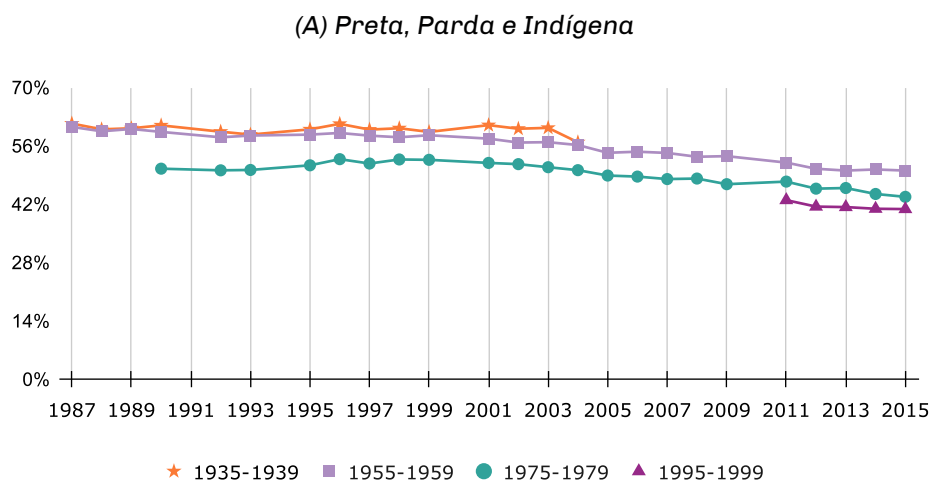
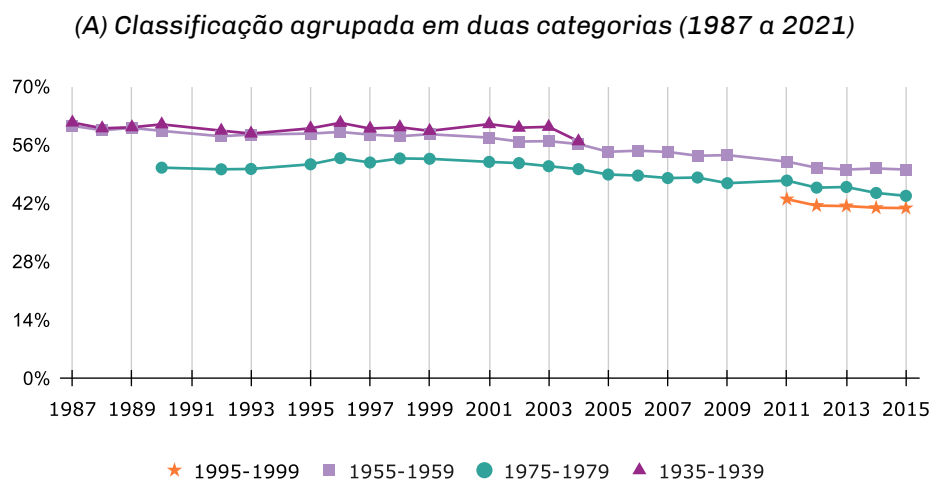
A tendência geral foi de crescimento consistente da população não branca no Brasil, que soma amarelos, pardos, pretos e indígenas, paralelo a um declínio da população branca. Os movimentos, no entanto, são acidentados – o que pode significar flutuações puramente estatísticas, ou eventualmente, efeitos de alguns eventos e processos incidentais. No último ano da série, por exemplo, é possível observar um pequeno recuo do contingente de pardos e crescimento dos brancos. Mas não devemos atribuir muito significado a esses movimentos, que, em larga medida, são variações dentro de margens

de tolerância aceitáveis pelo desenho amostral da pesquisa. A diferença no percentual de pardos entre 2020 e 2021, que tomamos aqui como exemplo, não é estatisticamente significativa.

O Gráfico 3 traz informações que nos permitem avaliar tendências de mais longo prazo. Nele, cada linha representa uma coorte de nascimento – ou, para deixar de lado o jargão demográfico, uma “geração”. As linhas roxa, verde, lilás e laranja representam os nascidos nos anos de 1935-1939, 1955-1959, 1975-1979 e 1995-1999, respectivamente.

Gráfico 3

Reclassificação racial das coortes ao longo do tempo no Brasil, 1987-2015



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2015). Elaboração Própria.

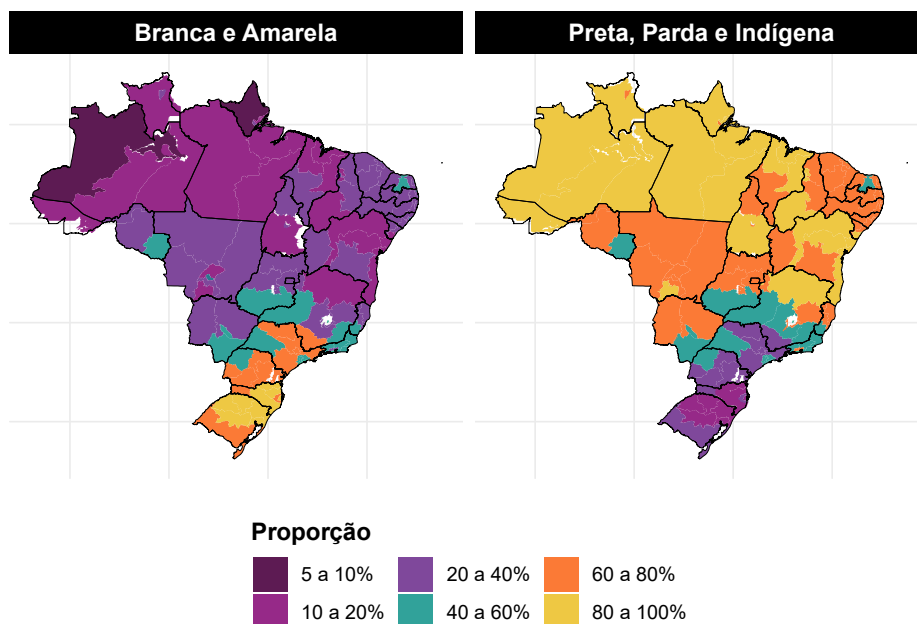
Podemos observar diferenças propriamente geracionais quando comparamos as alturas das linhas dentro de um mesmo período de tempo. Desde modo, é possível afirmar que os nascidos entre 1975-1979 têm probabilidade muito maior de se declararem/ serem pretos, pardos e indígenas do que as gerações anteriores. E essa diferença está

presente em qualquer momento do tempo. Os nascidos entre 1995-1999 – que, no entanto, apenas são observáveis nos anos finais da série – têm probabilidade ainda maior de se declararem PPI.

Uma informação diferente, porém, pode ser extraída dos mesmos gráficos se ao invés de comparar a altura das linhas, observamos as tendências delineadas por cada uma ao longo do tempo. O que observamos é que pessoas de uma mesma geração passaram a se identificar menos como brancos e amarelos (e mais como pretos, pardos e indígenas) com o passar dos anos. Trata-se, em larga medida, de um processo de reclassificação racial, que se acelera no final da década de 1990 e início dos anos 2000. Assim, podemos concluir que o crescimento dos PPI não é apenas fruto de processos de natalidade e mortalidade diferencial, mas também de uma mudança sistemática da auto-classificação.

No Gráfico 4, apresentamos um painel de mapas que descreve a distribuição no território brasileiro da população branca e amarela, de um lado, e preta, parda e indígena, do outro. Percebemos aqui que brancos e amarelos concentrados no sul e no sudeste, enquanto pretos, pardos e indígenas se concentram no Norte e no Nordeste. Trata-se de um padrão histórico que, a despeito dos processos migratórios internos, manteve a maior parte da população preta, parda e indígena concentrada nas regiões de menor renda do país.

Gráfico 4
Distribuição espacial dos grupos raciais



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua Anual 2021
Elaboração Própria

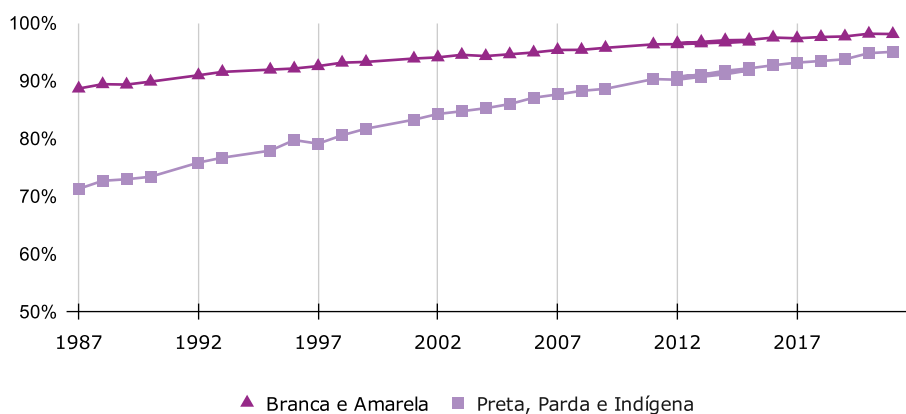
Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínua Anual 2021. Elaboração Própria.

3.2 Educação

Esta seção é dedicada aos indicadores educacionais da população preta, parda e indígena em comparação aos da população branca e amarela. De modo geral, os indicadores agregados mostram um declínio consistente das desigualdades raciais relativas à escolarização formal. A distância entre pessoas alfabetizadas dos dois grupos raciais foi sensivelmente reduzida da década 1980 para 2022, de 17,4 para 3,1 pontos percentuais.

Gráfico 5

Proporção de adultos (com idades entre 18 e 65 anos), alfabetizados, por raça. Brasil, 1987-2021

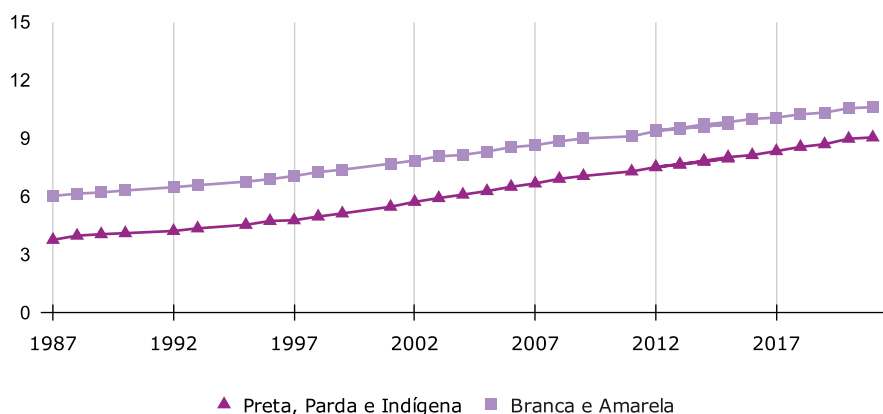


Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2011) e da PNADC Anual (2012-2021). Elaboração Própria.

A média de anos de estudo concluídos também evoluiu sensivelmente no Brasil, ainda que a distância entre os dois grupos raciais tenha se mantido. Em 1987, a média de estudo de brancos e amarelos era de 6 anos, contra 3,7 do agregado de pretos, pardos e indígenas. Em 2021, essa média subiu para 10,6 anos para brancos e amarelos e 9 para pretos, pardos e indígenas, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 6

Média de anos de estudos dos adultos (com idades entre 18 e 65 anos), por raça. Brasil, 1987-2021

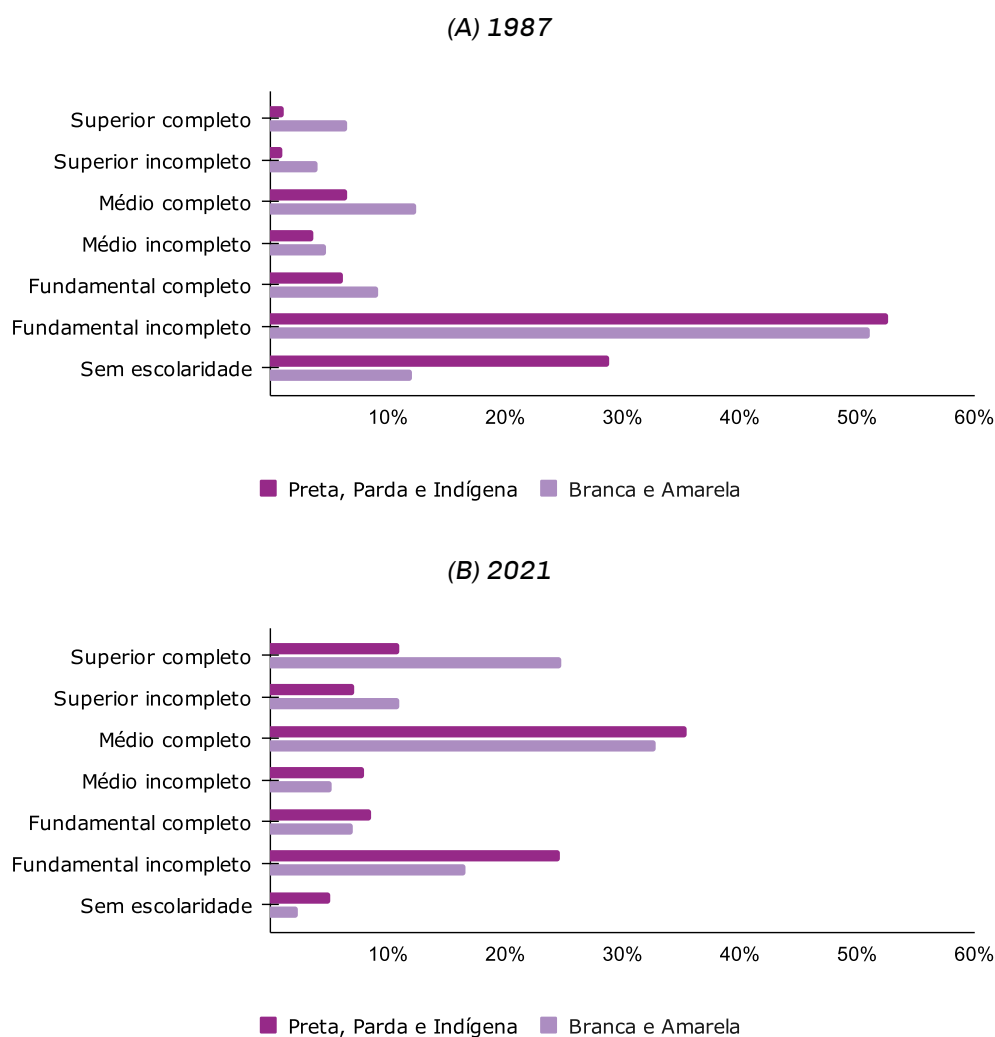


Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2011) e da PNADC Anual (2012-2021). Elaboração Própria.

A distribuição dos brasileiros nos diferentes estratos educacionais, dos sem escolaridade ao ensino superior completo, também viveu mudanças acentuadas. Os patamares de escolaridades cresceram para todos os grupos raciais. Os brancos e amarelos, no entanto, concentram-se de forma desproporcional nos níveis mais elevados, superior completo e incompleto, ao passo que pretos, pardos e indígenas preponderam em todos os demais níveis.

Gráfico 7

Realização educacional dos adultos (com idades entre 18 e 65 anos), por raça. Brasil, 1987-2021



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987) e da PNADC Anual (2021). Elaboração Própria.

As desigualdades educacionais entre os grupos raciais se inicia logo nos primeiros anos da educação formal. No passado, o acesso à escola e a permanência eram grandes gargalos. A inexistência de instituições escolares em certas regiões ou menos em áreas específicas dentro dos municípios era importante determinante do bloqueio das oportunidades para populações pretas, pardas e indígenas. Além disso, o acúmulo de des-

vantagens socioeconômicas impelia muitas crianças e adolescentes ao trabalho infantil, competindo com a dedicação aos estudos. Com a expansão da rede escolar e o advento de programas de permanência e combate ao trabalho infantil (inicialmente o PETI, e em seguida o Bolsa Família), o acesso foi facilitado e a evasão reduzida.

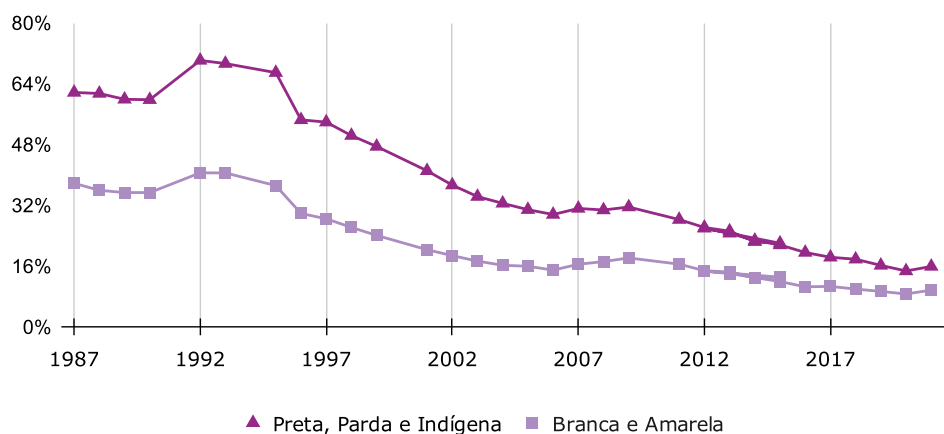
No entanto, desigualdades persistem mesmo entre aqueles que acessam e permanecem na escola. A proporção de estudantes entre 8 e 17 anos que estão em defasagem escolar (isto é, cursando séries díspares em relação ao fluxo padrão do sistema de ensino) é um indicador dessas desigualdades. O Gráfico 8 mostra que, ao longo da série histórica, os dois grupos raciais não apenas reduziram essa defasagem internamente como também reduziram a diferença entre si.

Há dois momentos de reversão das tendências, que se justificam por razões puramente metodológicas, derivadas das formas de captação da PNAD: entre 1990 e 1992, e, após 2007, quando o Ensino Fundamental passou a ter duração de 9 anos. Isso acarretou mudanças nas formas de coleta do dado pelo IBGE.

É visível também um pequeno refluxo no ano de 2020, durante o ápice das políticas de distanciamento social criadas para lidar com a pandemia da COVID-19. Essa pequena variação positiva, contudo, deve ser olhada com reticências, antes de qualquer atribuição de significado substantivo: a diferença mal atinge o patamar de significância estatística, não sendo distinguível de um ruído amostral. Isso não significa que a pandemia não tenha tido consequências sobre este fenômeno, mas que talvez seja necessário tempo para adequadamente mensurá-las. Como veremos, no curto prazo, a pandemia da COVID-19 afetou as desigualdades raciais sobretudo no mercado de trabalho. Houve não apenas uma reversão de alguns avanços recentes, mas também aumento das desigualdades entre os grupos raciais, em alguns aspectos.

Gráfico 8

Proporção de estudantes em situação de defasagem idade-série, por raça. Brasil, 1987-2021



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2011) e da PNADC Anual (2012-2021). Elaboração Própria

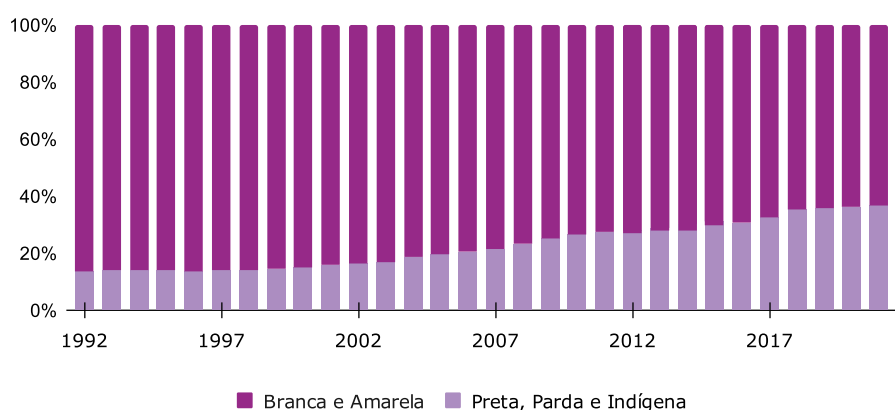
O Gráfico 9, coloca uma lupa sobre a população com Ensino Superior completo, evidenciando uma clara mudança de composição racial desse estrato. Destacam-se, em especial, dois períodos de crescimento da população PPI nesse nível de escolarização.

O primeiro abrange o intervalo que vai do final da década de 1990 até o final da década de 2000, com especial aceleração após 2007. Trata-se de efeito conjugado das melhorias nas taxas de acesso e conclusão do Ensino Básico (Fundamental e Médio), bem como da expansão do Ensino Superior. Contribuíram para o primeiro fator um conjunto amplo de dispositivos que estabeleceram marcos legais da Educação Básica (em especial, a LDB, em 1996 e o Plano Nacional de Educação, em 2001), melhoraram o seu financiamento (com destaque para o FUNDEF, depois convertido em FUNDEB) e avaliação da performance de alunos e instituições de ensino (para o que o Sistema de Avaliação da Educação Básica e o Enem largamente contribuíram). Dentre os fatores associados ao Ensino Superior, destacam-se o crescimento rápido do setor privado nos anos 1990 e 2000, posteriormente acompanhado de políticas de financiamento estudantil (FIES) e bolsas (ProUni). No final dos anos 2000, com o ReUni, o segmento público voltou a crescer.

O segundo momento de aceleração da inclusão de pretos, pardos e indígenas no Ensino Superior coincide com o advento da Lei de Cotas, em 2012, e com a importante reforma dos mecanismos de seleção e admissão, na forma do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), lançado em 2010, mas que ganha importância ao longo da década, por meio da adesão voluntária de instituições de ensino superior públicas e privadas.

Gráfico 9

Composição racial dos adultos (com idades entre 18 e 65 anos) com ensino superior completo. Brasil, 1987-2021



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2011) e da PNADC Anual (2012-2021). Elaboração Própria

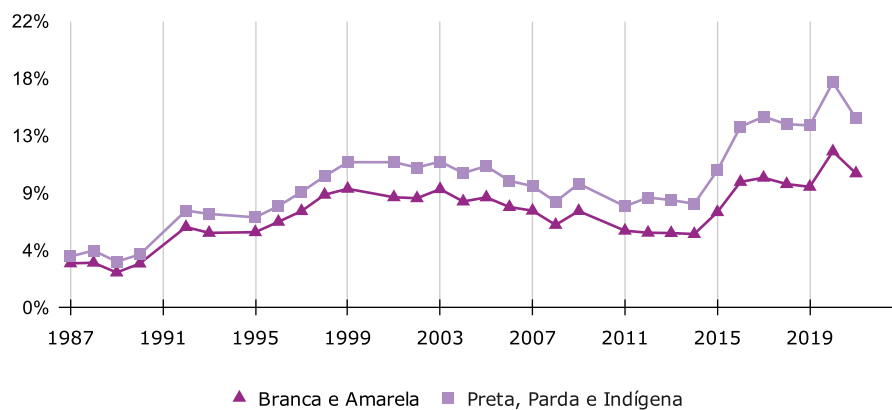
3.3 Trabalho

A taxa de desemprego ou desocupação tem uma trajetória mais sinuosa na história recente do Brasil. Depois de um aumento considerável nos anos 1990, o desemprego

se estabilizou em patamares elevados. A recuperação do mercado de trabalho em meio ao ciclo de crescimento o fez refluir atingindo seu mínimo em 2014. Contudo, a partir de 2015 assistimos não apenas a um crescimento da desocupação, mas também das desigualdades raciais nesse quesito. Se a diferença entre a taxa de desocupação de brancos/amarelos e pretos/pardos/indígenas variou em torno de dois pontos percentuais entre 2000 e 2015, ela sobe para cerca de quatro pontos percentuais a partir de 2016, conforme o gráfico abaixo.

Gráfico 10

Taxa de desocupação, por raça. Brasil, 1987/T3-2021/T3



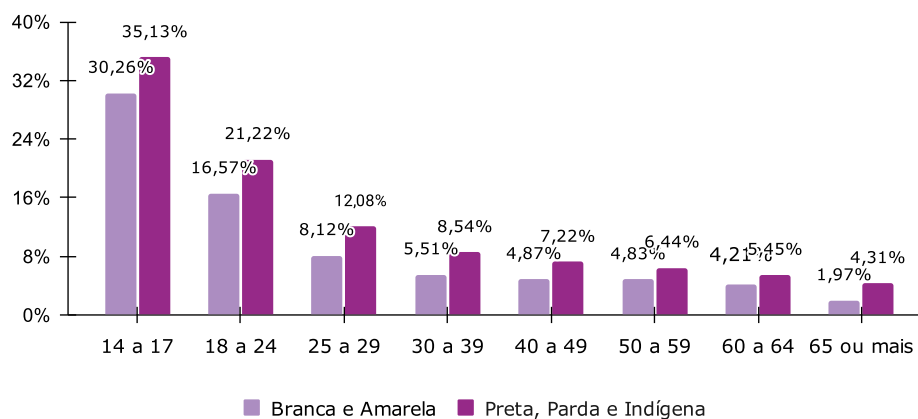
Obs.: Terceiros trimestres. Apenas indivíduos com 14 anos ou mais.

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2011) e da PNADC Trimestral 2012/T1-2021/T3. Elaboração Própria

Os dados de desocupação se tornam ainda mais dramáticos quando notamos que eles atingem, sobretudo, a população mais jovem. Se 30,3% dos brancos entre 14 e 17 anos estão desocupados, esse percentual pula para 35,1% dos pretos, pardos e indígenas na mesma faixa etária

Gráfico 11

Taxa de desocupação, por raça e faixa etária. Brasil, 2022/T2

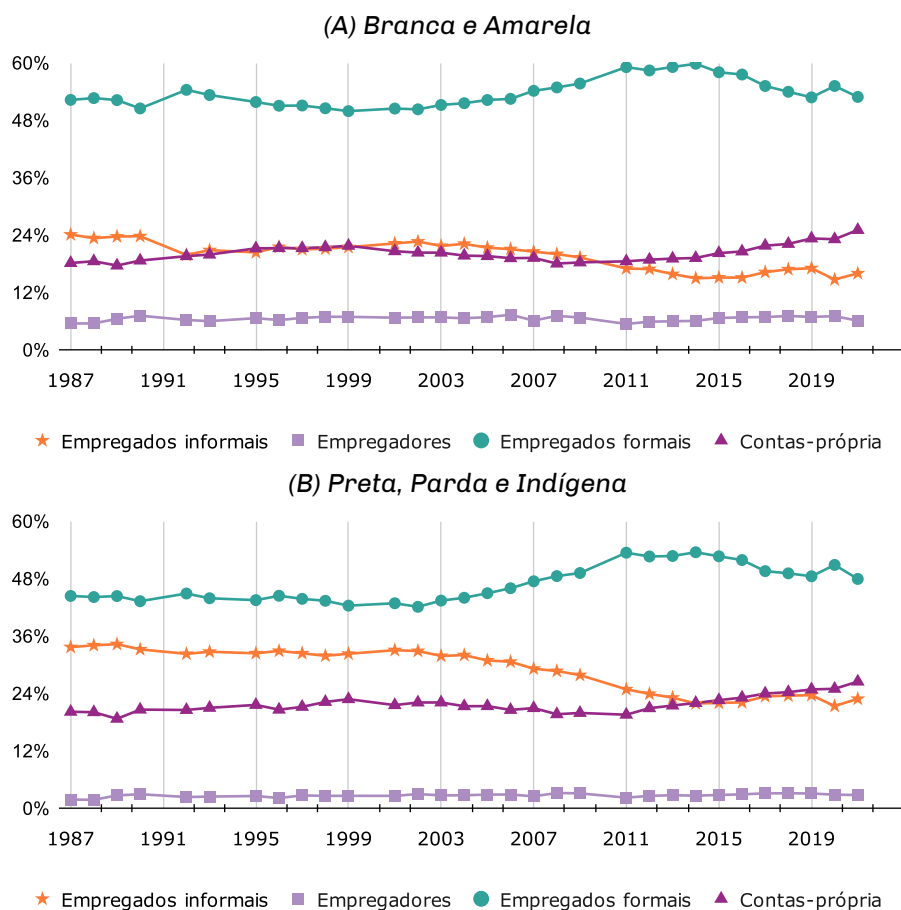


Fonte: IBGE, Microdados da PNAD Contínuo Trimestral, 2022/T2. Elaboração Própria

Não é recente o aspecto racializado do mercado de trabalho no Brasil. Historicamente, brancos e amarelos tiveram maior acesso aos empregos formais, enquanto pretos, pardos e indígenas se concentraram nas ocupações informais. Ambos os grupos vêm migrando para o mercado heterogêneo de trabalhadores por conta própria. Desde 2010, contudo, percebe-se um aumento mais acentuado de brancos e amarelos migrando para o mercado de trabalhadores por conta própria e a manutenção de pretos, pardos e indígenas no mercado informal. Ainda que essas transições costumem redundar em algum grau de precarização generalizada dos vínculos formais de emprego, a informalidade continua relacionada à vulnerabilidade maior do trabalhador do que os vínculos autônomos hoje em crescimento.

Gráfico 12

Posição na ocupação em mercados urbanos, por raça. Brasil, 1987/T3-2021/T3



Obs.: Terceiros trimestres. Apenas indivíduos com 14 anos ou mais.

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2011) e da PNADC Trimestral 2012/T1-2021/T3. Elaboração Própria

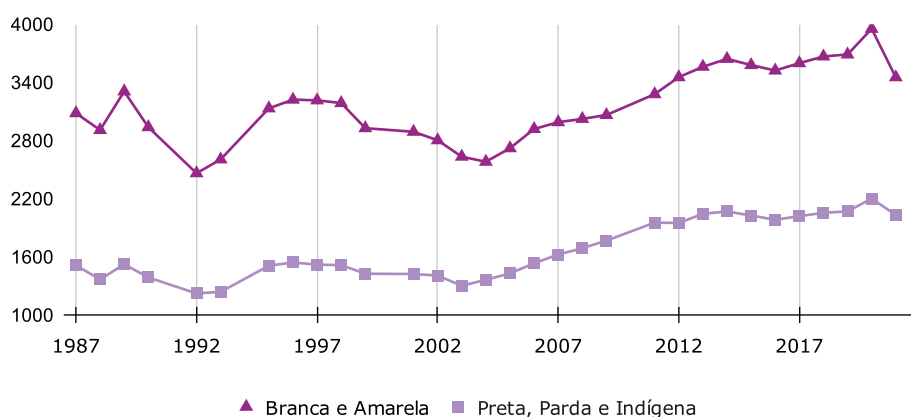
3.4 Renda

Na renda as desigualdades raciais se acentuam. A depender do recorte histórico analisado, brancos e amarelos chegam a receber o dobro da renda do trabalho do que

pretos, pardos e indígenas. Essa foi a realidade entre 1987 e 2002. Desde então, no entanto, a diferença entre os dois grupos caiu levemente, chegando à razão de 1,65 em 2011. A diferença de renda entre os grupos voltou a crescer a partir desse momento, oscilando desde então em torno de 1,75%. A depreciação geral das rendas do trabalho em 2020 levou a uma pequena redução dessa desigualdade racial, mas ainda é cedo para dizer se isso demarca uma tendência. Algo similar ocorre quando observamos a renda domiciliar per capita, que considera o volume total da renda dividido pelo número de membros, trabalhadores ou não, de cada família.

Gráfico 13

Média da renda individual por raça. Brasil, 1987/T3-2021/T3

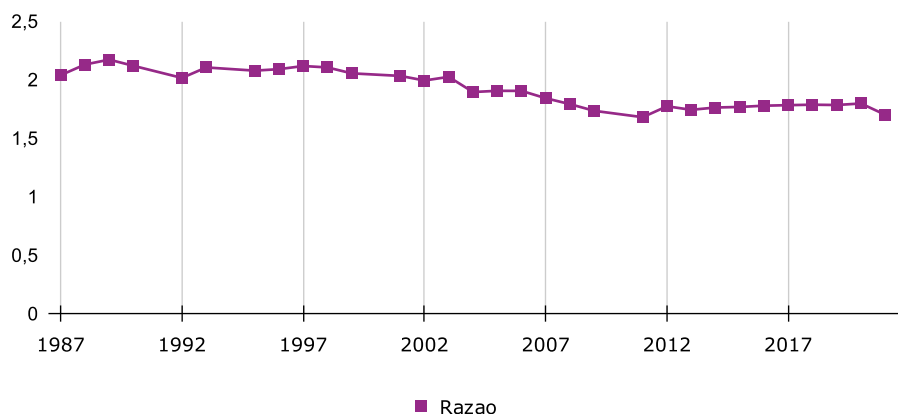


Obs.: Terceiros trimestres. Apenas indivíduos com 14 anos ou mais.

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2011) e da PNADC Trimestral 2012/T1-2021/T3. Elaboração Própria

Gráfico 14

Razão da renda de todos os trabalhos, entre Brancos e Amarelos e Pretos, Pardos e Indígenas. Brasil, 1987-2021

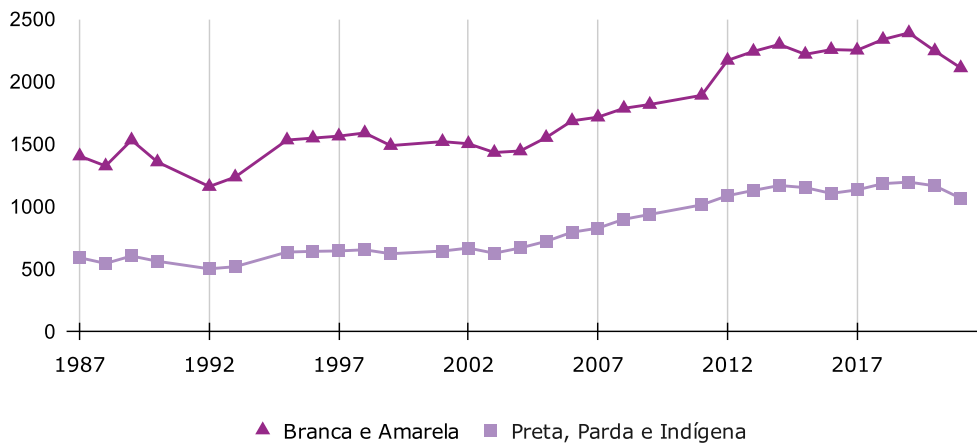


Obs.: Terceiros trimestres. Apenas indivíduos com 14 anos ou mais.

Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2011) e da PNADC Trimestral 2012/T1-2021/T3. Elaboração Própria

Gráfico 15

Média da renda domiciliar per capita, por raça. Brasil, 1987-2021.



Obs.: Terceiros trimestres. Apenas indivíduos com 14 anos ou mais.

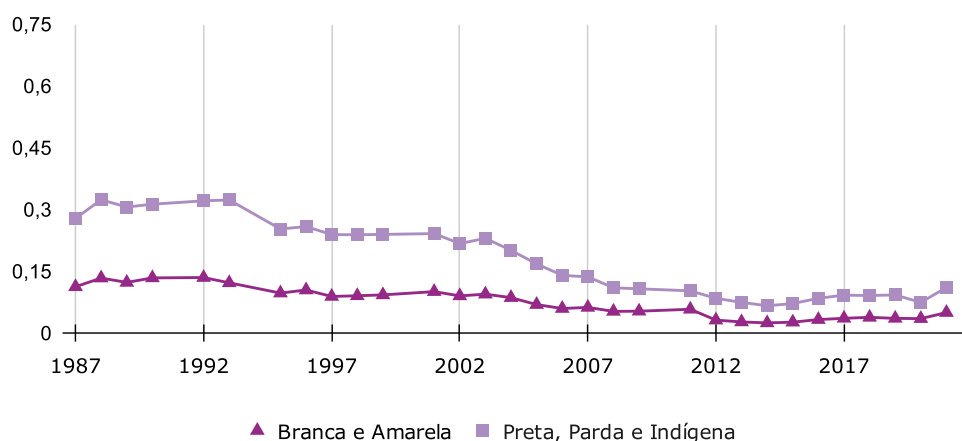
Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2011) e da PNADC Trimestral 2012/T1-2021/T3. Elaboração Própria

Independentemente da definição de pobreza que utilizamos, pretos, pardos e indígenas são maioria dentre os grupos de baixa renda. No entanto, quanto mais alta a linha de corte utilizada, maior é a desigualdade racial entre brancos e amarelos, de um lado, e pretos, pardos e indígenas, do outro. Ademais, em todos os cortes mais comuns, como por exemplo as definições do Banco Mundial, a pandemia aumentou não apenas as taxas de pobreza, como também as desigualdades raciais.

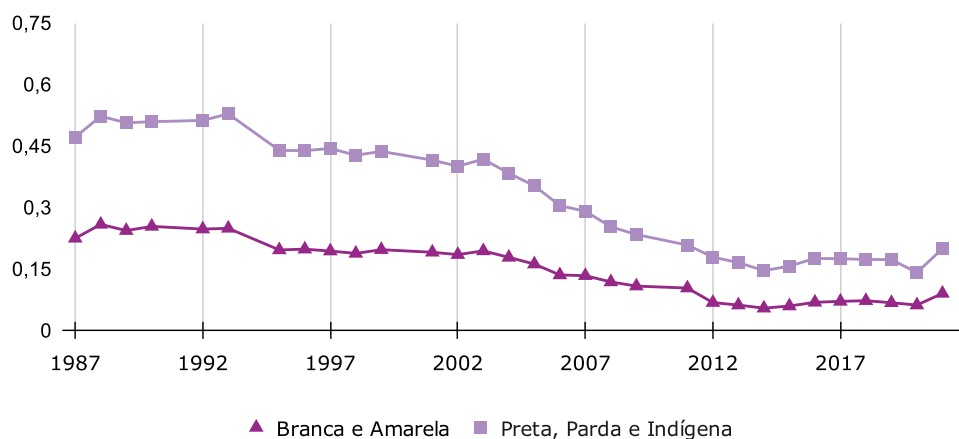
Gráfico 16

Taxa de pobreza, segundo as linhas do Banco Mundial, por raça. Brasil, 1987-2021

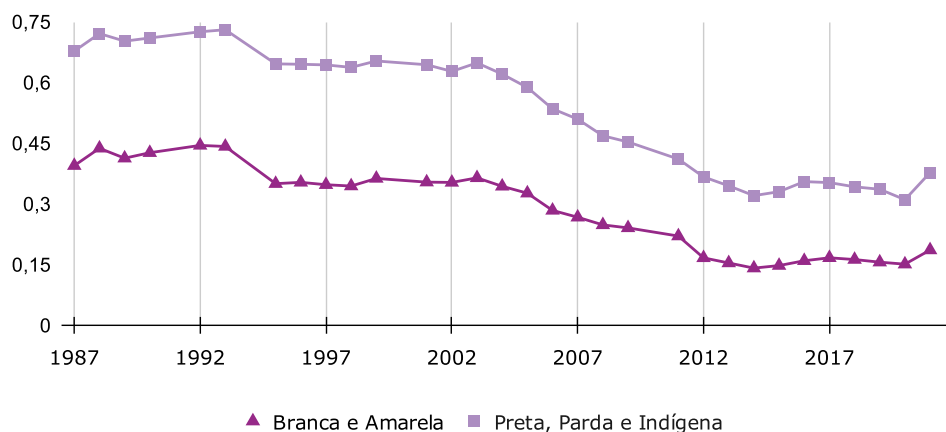
(A) Linha: \$1.90 PPP



(B) Linha: \$3.20 PPP



(C) Linha: \$5.50 PPP



Fonte: IBGE, Microdados da PNAD (1987-2011) e da PNADC (2012-2021). Elaboração Própria.

4. Considerações finais

O objetivo deste relatório é tornar acessível ao grande público indicadores socioeconômicos relativos às desigualdades raciais e de renda presentes no Brasil. Com base nos dados das pesquisas domiciliares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cobrindo o período de 1987 até 2022 analisamos o perfil de dois grupos da população brasileira: brancos e amarelos, e pretos, pardos, indígenas, explorando variáveis como a sua classificação racial, desempenho educacional, presença no mercado de trabalho e renda recebida.

Os resultados revelam que houve no período analisado um significativo aumento na população autodeclarada como preta, parda, indígena e amarela, o que redundou em decréscimo da população autodeclarada branca. Houve também uma importante atenuação das desigualdades raciais presentes na educação formal. A revelia desse crescimento, contudo, podemos observar a manutenção de desigualdades duráveis que mantêm brancos e amarelos com melhores níveis de escolaridade, de trabalho e

renda, se comparados ao grupo formado por pretos, pardos e indígenas. É importante notar que, apesar da melhoria no acesso à educação, pretos, pardos e indígenas ainda sofrem com altas taxas de desocupação. Quanto à renda, a desigualdade é ainda mais acentuada, novamente em favor de brancos e amarelos.

Esses dados e análises indicam que as desigualdades que afetam a sociedade brasileira são resilientes, porém complexas. A reversão desse cenário se dará com o desenho de políticas redistributivas interseccionais, que considerem as especificidades de cada um dos grupos que compõem nossa população e seus problemas específicos, sem descuidar da centralidade da educação, do acesso ao trabalho e à renda para o bem-estar de todas e todos.

5. Anexo

5.1 Sobre a PNAD e a PNADC

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é o inquérito domiciliar por amostragem do Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE) que vai a campo desde 1967. Até 2015, a amostra de domicílios era probabilística em todos os estágios, não sendo, contudo, representativa para a totalidade do território nacional em todos os períodos aqui estudados. Entre 1987 e 2003, as áreas rurais da região Norte (exceto estado do Tocantins) não compunham o universo pesquisado. Optamos por não compor uma “amostra mínima comparável” (o que poderia ser feito por meio da exclusão dessas áreas nas pesquisas que a contém). O contingente populacional não abarcado é quantitativamente reduzido e sua inclusão após 2004 não gera quebras ou saltos nas tendências temporais. Assim, analisamos em cada um dos anos todos os casos disponíveis.

Quadro 1

Esquema de harmonização das bases de dados

Fonte	Período	Percentual da População Excluindo	
		%	Fonte de Referência
PNAD (série antiga)	1987-2003	0,78	Censo Demográfico de 1980
		1,54	Censo Demográfico de 1991
		1,73	Censo Demográfico de 2000
	2004-2015	1,02	PNAD 2004
PNADC	2012-2019	0	

A PNAD não foi realizada nos anos em que houve o Censo (1991, 2000 e 2010), além do ano de 1994, por restrições técnicas e orçamentárias do IBGE. A pesquisa foi descontinuada em 2015 – e então substituída pela PNAD contínua. No total, 25 edições da pesquisa foram utilizadas.

Entre 2012 e 2015, o IBGE iniciou uma transição metodológica para a chamada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Ao contrário da sistemática anterior, baseada em idas a campo anuais em períodos definidos, a PNADC ocorre em todas as semanas do ano-calendário e seus microdados são publicamente disponibilizados em bancos publicados trimestralmente e anualmente.

As PNADCs trazem informações trimestrais que abrangem de 2012-T1 até 2022-T2. As PNADC Anuais cobrem de 2012 a 2021 e contém informações coletadas ao longo de todos os meses de cada ano – assim, cada ponto de dados na série temporal é uma

média anual. A série antiga da PNAD traz informações coletadas anualmente ao fim do terceiro trimestre de cada ano (geralmente, na última semana de setembro).

Neste relatório, as análises sobre educação e mercado de trabalho lançam mão dos bancos de dados trimestrais (que investigam apenas as informações básicas recorrentes). As análises sobre renda do trabalho e do domicílio fazem uso dos microdados anuais (banco de 1as Visitas para os anos de 2012 a 2019 e banco de 5as Visitas para os anos de 2020 e 2021).

5.2 Harmonização dos dados

Para a harmonização das variáveis da PNAD antiga, utilizamos o pacote `harmonizePNAD`, que sintetiza todos os procedimentos. As funções de harmonização podem ser instaladas direto de um repositório GitHub (<https://github.com/antropologos>). No 4º trimestre de 2015, a PNAD Contínua passou por substantiva revisão de seus instrumentos de coleta. Em função disso, as variáveis que captam renda de outras fontes que não o trabalho foram bastante alteradas, fazendo com que a comparação histórica requeira harmonização das informações. O Quadro 2, abaixo, informa como as variáveis detalhadas de fonte de renda foram agregadas em cada período para formar os indicadores de interesse.

Quadro 2

Componentes da renda domiciliar per capita na PNAD Contínua

Tipo de Rendimento	Conteúdo	Variáveis	
		Até 2015-T3	A partir de 2015-T4
Trabalho	Rendimentos habituais de todos os trabalhos		vd4019
BPC-LOAS	Rendimentos efetivos do BPC-LOAS	v50091	v5001a2
Bolsa Família	Rendimentos efetivos do Programa Bolsa Família e PETI	v501011	v5002a2
Seguro desemprego	Rendimentos efetivos do seguro desemprego e do seguro defeso	v500811	v5005a2
Previdência	Rendimentos efetivos de aposentadorias e pensões de instituto de previdência	v500111, v500211	v5004a2
Outros programas Sociais	Rendimentos efetivos de outros programas sociais	v501111	v5003a2
Alugueis	Rendimentos efetivos de aluguéis e arrendamentos	v500611	v5007a2
Outros rendimentos	Rendimentos efetivos de doações e pensões alimentícias; Rendimentos efetivos de complementação de aposentadoria, pensão paga por caixa de assistência social, caderneta de popança e parcerias e/ou direitos autorais	v500511, v500711, v500311, v500411, v501211, v501311	v5004a2, v5008a2

Fonte: Adaptado de Barbosa, Souza e Soares (2020)

5.2.1 Definição dos moradores do domicílio para cálculo da renda domiciliar per capita

Nas análises sobre renda domiciliar per capita (com os dados anuais), consideramos que não são parte do domicílio aqueles na posição de agregados que não compartilham despesas (não parentes do responsável pelo domicílio), pensionistas, empregados(as) domésticos(as) e parentes de empregados(as) domésticos(as).

5.2.2 Deflatores

As PNADs da série antiga foram deflacionadas com o INPC, seguindo os procedimentos de Corseuil e Foguel (2002), recentralizando as datas e concedendo o acréscimo de 22,5% de inflação para o mês de julho de 1994. Conversões de moeda foram aplicadas para valores anteriores ao Real.

O IBGE fornece deflatores para a PNAD Contínua Anual e trimestral. Com eles, é possível traduzir os valores correntes de cada período das pesquisas para valores reais referentes ao ponto final de cada série de dados: valores médios do 2º Trimestre de 2022 na Pnad Contínua Trimestral e valores médios de 2021 na PNAD Contínua Anual. Na PNADC Anual, para os rendimentos habituais do trabalho, usamos o deflator CO2. Para as demais rendas (efetivas), o deflator CO2e.

Uma vez aplicadas essas correções do próprio IBGE, todos os valores foram novamente corrigidos pelo INPC, de modo a expressar quantias em R\$ de maio de 2022.

Referências

CORSEUIL, Carlos Henrique Leite; FOGUEL, Miguel Nathan. “Uma sugestão de deflatores para rendas obtidas a partir de algumas pesquisas domiciliares do IBGE.” IPEA - Boletim do Mercado de Trabalho, n.19, 2002.

Como citar

Campos, Luiz Augusto; Barbosa, Rogério; Ribeiro, Jheniffer & Feres Júnior, João. Políticas de ação afirmativa nas universidades públicas brasileiras (2020). *Relatório das Desigualdades Raciais (GEMAA)*, IESP-UERJ, 2022, p. 1-22.